

PROCESSO TCE Nº 128.605
ENTIDADE: Câmara Municipal de Feijó
NATUREZA: Controle Externo
OBJETO: Prestação de contas anual referente ao exercício 2017
RESPONSÁVEL: José Cleomar Gomes do Nascimento
CONTABILISTA: Maria Tereza Gomes Machado Cavalcante
RELATOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

ACÓRDÃO Nº 11.879/2020

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. CÂMARA MUNICIPAL. CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA SEM PROCESSO REGULAR. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS. IRREGULARIDADE. MULTA.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator Antonio Jorge Malheiro**: **1)** Por julgar **IRREGULAR** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Feijó, exercício 2017, de responsabilidade do Sr. **José Cleomar Gomes do Nascimento**, com fulcro no art. 51, inciso III, alínea “b” da LCE 38/93; **2)** Pela condenação do Sr. José Cleomar Gomes do Nascimento, face a despesa realizada irregularmente no valor de R\$ 10.0000,00 (dez mil reais) com a contratação de Controlador Externo. **3)** Pela notificação do gestor para que realize as devidas correções contábeis apontadas no Relatório Técnico às folhas 123/140. **4)** Pela aplicação de multa, individualmente aplicada, no valor de R\$ 7.140,00, ao Sr. José Cleomar Gomes do Nascimento. Após as providências de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco – Acre, 21 de maio de 2020.

Antonio Cristovão Correia de Messias

Presidente do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Relator

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

CONSELHEIRA **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

João Izidro de Melo Neto
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE Nº 128.605
ENTIDADE: Câmara Municipal de Feijó
NATUREZA: Controle Externo
OBJETO: Prestação de contas anual referente ao exercício 2017
RESPONSÁVEL: José Cleomar Gomes do Nascimento
CONTABILISTA: Maria Tereza Gomes Machado Cavalcante
RELATOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

RELATÓRIO

1. Trata o presente processo da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Feijó, exercício de 2017, de responsabilidade do gestor **José Cleomar Gomes do Nascimento**, apresentada tempestivamente a esta Corte de Contas.

2. A receita orçamentária no aludido exercício foi de R\$ 1.580.317,35 (um milhão quinhentos e oitenta mil trezentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos). O valor da receita orçada foi integralmente recebido empenhado, liquidado e pago.

3. Foi verificado que o total da despesa com remuneração dos Vereadores foi de 2,27% da Receita do Município, **cumprindo** assim o limite de 5% determinado no artigo art. 29, inciso VII da CF/88.

5. Foi cumprido o art. 20, III, alínea “a” da Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita a despesa de pessoal do Poder Legislativo em 6% da Receita Corrente Líquida do Município. O município apresentou o valor de 2,78%.

6. Foi observado que a maior parcela de execução da despesa está concentrada nas Despesas com Pessoal com uma execução em 2017 de 83,75% da Receita arrecadada, correspondendo ao montante de R\$ 1.323.520,20, e posteriormente em Outras Despesas Correntes, sendo a mais representativa do grupo a rubrica Outros Serviços de Terceiros –PJ, com uma execução de 6,16%, o que corresponde a R\$ 97.270,01, seguido das Diárias –Pessoal Civil equivalente a 5,62% totalizando o montante de R\$ 88.797,65.

4. Foram encontradas na Prestação de contas as seguintes divergências:

a) Ausência de registro contábil do saldo de almoxarifado no balanço patrimonial;

b) Relatório de inventário de bens móveis apresentado no valor de R\$ 124.095,06, não traz conformidade com o valor registrado no balanço patrimonial no montante de R\$ 214.492,64, apresentando uma diferença de R\$ 90.397,58; Arts. 94 a 96 da Lei Nº 4.320/1964 c/c Resolução TCE/AC Nº 87/2013, item XIII, Anexo IV do Manual de Referência 4ª edição;

c) Não apresentação do inventário analítico dos bens imóveis no montante de R\$ 107.211,96, conforme registrado no Balanço Patrimonial; Arts. 94 a 96 da Lei Nº 4.320/1964 c/c Resolução TCE/AC Nº 87/2013, item XIII, Anexo IV do Manual de Referência 4ª edição;

d) Ausência de depreciação do ativo imobilizado; NBC T 16.9 c/c Resolução CFC nº 1.136/2008;

e) Ausência de inserção dos contratos celebrados no exercício e dos contratos de exercícios anteriores, porém vigentes em 2017 no Portal de Licitações e Contratos –LICON; Resolução TCE/AC Nº 97/2015;

f) pagamento de multa de envio intempestivo da DCTF, no valor de R\$ 500,00.

g) Contabilização indevida referente ao pagamento de multa de DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários no valor de R\$ 500,00, registrado no elemento de despesa 13 –Obrigações Patronais;

h) Contratação de pessoa física para ocupar cargo de controlador interno da Câmara Municipal de Feijó, sem a devida transparência pública.

5. Os responsáveis foram citados às folhas 145/149, mas não apresentaram qualquer manifestação conforme certidão às folhas 151.

6. O Ministério Público de Contas apresentou seu pronunciamento através de seu Douto Procurador Mario Sérgio Neri de Oliveira às folhas 155 e 165/166.

É o relatório.

Rio Branco – Acre, 21 de maio de 2020.

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**
Relator

PROCESSO TCE Nº 128.605
ENTIDADE: Câmara Municipal de Feijó
NATUREZA: Controle Externo
OBJETO: Prestação de contas anual referente ao exercício 2017
RESPONSÁVEL: José Cleomar Gomes do Nascimento
CONTABILISTA: Maria Tereza Gomes Machado Cavalcante
RELATOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

VOTO

1. Trata o presente processo da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Feijó, exercício de 2017, de responsabilidade do gestor **José Cleomar Gomes do Nascimento**, apresentada tempestivamente a esta Corte de Contas.

2. O Relatório Técnico às folhas 123/140 aponta diversas inconsistências, devidamente narradas no Relatório deste voto. Os gestores, mesmo sendo devidamente citados para apresentar defesa, não apresentaram qualquer resposta, correndo o mesmo à Revelia.

3. Das inconsistências antes apontadas, duas são, em tese passíveis de causar a irregularidade das contas. A primeira refere-se ao pagamento de despesa irregular relativa à multa por envio intempestivo de DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários no valor de R\$ 500,00. Mas, este Tribunal tem aplicado nestes casos o princípio da insignificância. A segunda questão é relativa à contratação de Controlador Externo sem qualquer transparência. Não se verifica nos autos da Prestação de Contas o modo como foi realizada a contratação, também inexistente o contrato de prestação de serviços. A ausência de documentos que comprovem a realização desta despesa conforme anunciado e a ausência de qualquer explicação, por parte dos gestores, faz com que não se verifique a finalidade pública desta despesa, trazendo, neste caso, a sua irregularidade, sem devolução, mas com aplicação de multa.

4. Pelo exposto, **VOTO**:

- 1) Por julgar **IRREGULAR** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Feijó, exercício 2017, de responsabilidade do Sr. **José Cleomar Gomes do Nascimento**, com fulcro no art. 51, inciso III, alínea “b” da LCE 38/93;
- 2) Pela condenação do Sr. **José Cleomar Gomes do Nascimento**, face a despesa realizada irregularmente no valor de R\$ 10.0000,00 (dez mil reais) com a contratação de Controlador Externo.
- 3) Pela notificação do gestor para que realize as devidas correções contábeis apontadas no Relatório Técnico às folhas 123/140.
- 4) Pela aplicação de multa, individualmente aplicada, no valor de R\$ 7.140,00, ao Sr. **José Cleomar Gomes do Nascimento**.
- 5) Após as providências de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

É como voto.

Rio Branco – Acre, 21 de maio de 2020.

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**
Relator